



PAULO
ROBERTO DE
FIGUEIREDO
DANTAS

DIREITO
PROCESSUAL
CONSTITUCIONAL

DÉCIMA EDIÇÃO
REVISTA E ATUALIZADA

2021 © Editora Foco
Autor: Paulo Roberto de Figueiredo Dantas
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

D192d Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo
Direito Processual Constitucional / Paulo Roberto de Figueiredo Dantas. – 10.
ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2021.
328 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-152-7
1. Direito Processual Constitucional. I. Título.
2020-2371 CDD 342 CDU 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito Processual Constitucional 342 2. Direito Processual Constitucional 342

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOC●, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. ●s comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. ● acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (10.2020) Data de Fechamento (09.2020)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Nove de Julho, 1779 Vila Areal
CEP 13333-070 – Indaiatuba SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	V
1. DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	1
1.1 Esclarecimentos iniciais	1
1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo	1
1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa	3
1.4 Constituição e processo	7
1.5 Jurisdição constitucional	10
2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: NOÇÕES GERAIS	13
2.1 Esclarecimentos iniciais	13
2.2 Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade	13
2.3 Objeto do controle de constitucionalidade	16
2.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade	18
2.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade	20
2.6 Parâmetro de controle ou paradigma constitucional	23
2.7 As diversas espécies de inconstitucionalidade	25
2.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal	25
2.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	28
2.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza	29
2.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco	30
2.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil	32
2.13 Controle político	33
2.14 Controle judicial	36
3. CONTROLE DIFUSO NO BRASIL	39
3.1 Esclarecimentos iniciais	39
3.2 Controle difuso	39
3.3 Normais efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso	40
3.4 Cláusula de reserva de plenário	41

3.5	Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil para os tribunais de segundo grau	44
3.6	A abstrativização dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade	45
3.7	O recurso extraordinário	48
3.8	Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal.....	49
3.9	Principais regras procedimentais do recurso extraordinário.....	51
3.10	A repercussão geral no caso de multiplicidade de recursos extraordinários, fundamentados em idêntica questão de direito.....	53
3.11	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o rito da repercussão geral.....	55
3.12	As súmulas vinculantes.....	57
3.13	Controle difuso em ação civil pública.....	63
4.	O CONTROLE CONCENTRADO E AS AÇÕES REGULAMENTADAS PELA LEI 9.868/1999.....	65
4.1	Esclarecimentos iniciais	65
4.2	Controle concentrado	65
4.3	Efeitos da decisão no controle concentrado.....	67
4.4	Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988.....	69
4.5	Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn)	70
4.6	Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica	71
4.7	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica	73
4.8	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	76
4.9	O efeito vinculante da ação direta de inconstitucionalidade e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo.....	77
4.10	Princípio da “parcelaridade”	78
4.11	Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”	80
4.12	Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	81
4.13	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	82
4.14	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica	83
4.15	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON).....	86
4.16	Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade	87
4.17	Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.....	89

4.18	O <i>amicus curiae</i> na ação declaratória de constitucionalidade	89
4.19	Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade	91
4.20	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	93
4.21	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão	94
4.22	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade por omissão	95
4.23	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	97
4.24	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão	98
5. AS DEMAIS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E ASSUNTOS COMPLEMENTARES		101
5.1	Esclarecimentos iniciais	101
5.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	101
5.3	Parâmetro de controle da arguição de descumprimento de preceito fundamental	103
5.4	Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	106
5.5	Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental	108
5.6	A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação	110
5.7	Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental	112
5.8	Principais regras procedimentais da arguição de descumprimento de preceito fundamental	115
5.9	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	118
5.10	Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva	122
5.11	Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	122
5.12	Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça	125
5.13	Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça	127
5.14	Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica.....	129
5.15	Da interpretação conforme a Constituição	130
5.16	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	132
5.17	A evolução do controle de constitucionalidade brasileiro	133

6. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	137
6.1 Esclarecimentos iniciais	137
6.2 Direitos fundamentais: conceito e características	137
6.3 Evolução histórica dos direitos e garantias fundamentais	142
6.4 Gerações de direitos fundamentais	145
6.5 Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	148
6.6 Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais	151
6.7 Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais	153
6.8 Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais	155
6.9 Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais	157
7. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA A TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS	161
7.1 Esclarecimentos iniciais	161
7.2 Elenco dos remédios constitucionais	161
7.3 <i>Habeas corpus</i>	164
7.4 Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	165
7.5 Hipóteses em que não cabe o <i>habeas corpus</i>	168
7.6 Modalidades de <i>habeas corpus</i>	170
7.7 Legitimação ativa e passiva do <i>habeas corpus</i>	170
7.8 Competência em matéria de <i>habeas corpus</i>	172
7.9 Principais regras procedimentais do <i>habeas corpus</i>	175
7.10 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>habeas corpus</i>	177
7.11 Mandado de segurança individual	178
7.12 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual	179
7.13 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual	181
7.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual	183
7.15 Competência em sede de mandado de segurança individual	186
7.16 Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual	188
7.17 Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança	192
7.18 O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento	193
7.19 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual ..	194
7.20 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual	198
7.21 Mandado de injunção individual	198

7.22	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção individual	199
7.23	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção individual	201
7.24	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção individual	202
7.25	Competência em sede de injunção individual	204
7.26	Natureza e eficácia da decisão que concede a injunção individual	205
7.27	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção já concedida	209
7.28	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção individual anteriormente concedida	210
7.29	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção individual	211
7.30	Distinção entre mandado de injunção individual e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	212
7.31	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção individual	214
7.32	<i>Habeas data</i>	216
7.33	Hipóteses de cabimento do <i>habeas data</i>	217
7.34	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas data</i>	220
7.35	Competência em sede de <i>habeas data</i>	221
7.36	Principais regras procedimentais do <i>habeas data</i>	222
8.	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS	227
8.1	Esclarecimentos iniciais	227
8.2	Mandado de segurança coletivo	227
8.3	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo	228
8.4	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo	229
8.5	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo	231
8.6	Legitimação ativa do mandado de segurança coletivo e o Ministério Público	235
8.7	Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo e quem pode se beneficiar de sua impetração	236
8.8	Competência em sede de mandado de segurança coletivo	237
8.9	Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo	239
8.10	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança coletiva	240
8.11	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo	241
8.12	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo	245
8.13	Mandado de injunção coletivo	246
8.14	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção coletivo	246
8.15	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção coletivo	247

XIV DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL • PAULO ROBERTO DE FIGUEIREDO DANTAS

8.16	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção coletivo.....	249
8.17	As espécies de direitos protegidos pelo mandado de injunção coletivo e os destinatários de sua impetração.....	252
8.18	Competência em relação ao mandado de injunção coletivo.....	253
8.19	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção coletiva já concedida.....	254
8.20	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção coletiva anteriormente concedida.....	255
8.21	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção coletivo.....	256
8.22	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção coletivo.....	257
8.23	Ação popular.....	259
8.24	Hipóteses de cabimento da ação popular.....	260
8.25	Legitimação ativa e passiva da ação popular.....	264
8.26	Competências em sede de ação popular.....	267
8.27	Concessão de liminar em ação popular.....	268
8.28	Principais regras procedimentais da ação popular.....	269
8.29	Súmula sobre a ação popular.....	271
8.30	Ação civil pública.....	271
8.31	Hipóteses de cabimento da ação civil pública.....	274
8.32	Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública.....	276
8.33	Legitimação ativa e passiva da ação civil pública.....	277
8.34	Competência em sede de ação civil pública.....	283
8.35	A possibilidade de concessão de liminar em ação civil pública.....	284
8.36	Da suspensão da liminar e da suspensão da sentença em ação civil pública...	287
8.37	Inquérito civil.....	288
8.38	Termo de ajustamento de conduta.....	291
8.39	Fundo de reparação de danos.....	293
8.40	Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado...	294
8.41	Demais regras procedimentais da ação civil pública.....	297
8.42	Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública.....	300
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	301
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	307